

Branquitude e fragilidade branca: conceitos para fazer pensar a Psicologia

Whiteness and white fragility: Concepts to make Psychology think

Bruna Moraes Battistelli

Doutoranda em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil; e-mail: brunabattistelli@gmail.com

Resumo: O objetivo é apresentar os conceitos de branquitude e fragilidade branca para pensarmos uma Psicologia contextualizada e engajada com práticas antirracistas no Brasil. Uma escrita que se sustenta na afirmativa de que, para analisar demandas e propor intervenções institucionais, é preciso pensar a centralidade de como a branquitude constitui práticas, sustenta privilégios e organiza nosso meio. Partindo de uma reflexão de como a Psicologia se constitui enquanto campo de práticas, proponho que pensemos este campo de atuação a partir dos conceitos citados que são organizadores da estrutura social, além de constituir-se como sustentáculo do racismo à brasileira. A fragilidade branca, desta forma, apresenta-se como algo a ser problematizado para que se possa superar o ideal de ego de superioridade que caracteriza a branquitude, a fim de pensarmos uma Psicologia e profissionais que estejam de fato implicadas/os com práticas antirracistas.

Descritores: Branquitude. Psicologia. Fragilidade branca. Racismo.

Abstract: The objective is to present the concepts of whiteness and white fragility in order to think of a contextualized Psychology and engaged with anti-racist practices in Brazil. A writing that is based on the statement that, in order to analyze demands and propose institutional interventions, it is necessary to think about the centrality of how whiteness constitutes practices, sustains privileges and organizes our environment. Starting from a reflection on how Psychology is constituted as a field of practices, I propose that we think about this field of action based on the concepts mentioned that are organizers of the social structure, in addition to being a support for Brazilian racism. White fragility, in this way, presents itself as something to be problematized in order to overcome the ego ideal of superiority that characterizes whiteness, in order to think of a Psychology and professionals who are in fact involved with anti-racist practices.

Keywords: Whiteness. Psychology. White fragility. Racism.

Introdução

No dia 1º de fevereiro de 2021, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) postou em sua página na rede social *Facebook* o convite para a aula pública *Branquitude: Novas perspectivas sobre as relações raciais*, ministrada pelo professor doutor Marcus Vinícius de Freitas Rosa (Departamento de História da UFRGS). A postagem teve muitos comentários e, com os ataques à figura do professor e da Universidade, foi preciso que o perfil se posicionasse sobre a inadequação de alguns comentários desrespeitosos e que violavam os direitos humanos. Uma série de comentários citando racismo reverso, de como tratar sobre o tema da branquitude era racismo com os brancos, alegando que a Universidade e o referido professor eram divisionistas e com isso estavam auxiliando para violências sociais, colocando a raça branca como algo ruim. Uma série de perfis de homens brancos, incomodados com a aula que seria proferida emitindo uma série de opiniões que reforçam a necessidade de pensarmos o conceito de branquitude e suas reverberações na produção de conhecimento e na constituição do Brasil.

Comentários como “racismo só existe na cabeça esquerdista de vocês” ou citando o quanto a Universidade é “palco de lacração de ideologias esquerdistas” ou falas como “Sério? A Universidade reforçando uma ação racista? Chocada!” sustentam a necessidade de pensarmos o impacto da branquitude em nossos fazeres enquanto pesquisadoras/es e o impacto na mesma na sustentação de um projeto de mundo supremacista branco.

Desta forma, partindo do meu campo de formação — a Psicologia; mais especificamente, a Psicologia Social —, este artigo, em forma de ensaio teórico, tem como objetivo propor fazer pensar a partir dos conceitos de branquitude, fragilidade branca e pacto narcísico. Fazer pensar um campo de conhecimento historicamente branco que ainda engatinha nas discussões sobre as relações raciais. E, assim, interessada na proposição de uma Psicologia aliançada com a prática, com o fazer cotidiano e na superação de lógicas racistas, apresentarei os conceitos apontados, a relação deles com o fazer da Psicologia e a necessidade de ampliarmos as discussões sobre relações raciais no campo da Psicologia.

Para tanto, este ensaio se inspira nos trabalhos de Maria Aparecida Bento¹ (2002), uma das pioneiras nos estudos sobre branquitude no Brasil e nos trabalhos de Cardoso (2008, 2010, 2014), primeiro pesquisador a realizar dissertação e tese sobre o tema da branquitude. O pensamento desses intelectuais será articulado com trabalhos que pensam o campo da Psicologia como o trabalho de conclusão de curso em Psicologia na UFRGS intitulado *Formação em Psicologia e a educação das relações raciais: Um estudo sobre os currículos de graduação em Psicologia em Porto Alegre e região metropolitana* (2016) da autora Jéssyca Barcellos e no trabalho de conclusão de curso em Psicologia na UFRGS intitulado *Trajetos e percursos: Da (im)possibilidades de enfrentamento do racismo dentro da academia* (2016) do autor Alisson Ferreira Batista. Quatro intelectuais negras/os que pensam as relações raciais e ofertam pistas para que pessoas brancas (como a autora deste artigo) possam repensar suas práticas, suas produções e como sustentam saberes hegemonicamente brancos e aliançados com a sustentação da supremacia branca. Desta forma, o convite deste trabalho é para que campos de conhecimento hegemonicamente brancos e pessoas brancas que os sustentam rompam com práticas como perguntar para pessoas negras “O que eu faço?” e movimentar-se no intuito de entender como desarticular o racismo que há em si, como convida Kilomba (2020). A provocação que DiAngelo (2020) faz às pessoas brancas que procuram suas formações é pertinente para a proposição deste trabalho: “E como é que você não sabe?” em alusão à primeira pergunta citada. Partindo da experiência com a Psicologia Social e Institucional, tendo uma formação voltada

¹ Tendo em vista o tema do artigo e o racismo estrutural que apaga vozes negras na produção de conhecimento na academia, neste artigo optou-se por na primeira vez que cada autora/autor for referenciada/o escrever o nome e sobrenome da/o mesma/o.

para a análise institucional, o foco é ofertar uma trilha de pensamento que embase práticas no campo da Psicologia, não buscando a produção de respostas prontas e fórmulas aplicáveis, mas ampliar as possibilidades de pensamento sobre os fazeres. Como podemos fazer pensar um campo de produção de conhecimento predominantemente branco?

Falar sobre relações raciais, desta forma, é admitir a responsabilidade de pessoas brancas em situações de violência e no sustentáculo da supremacia branca como princípio que orienta o social. Grosfoguel (2016) analisando o racismo/machismo epistêmico afirma que o privilégio dos homens ocidentais sobre o conhecimento por outros corpos políticos tem gerado não somente injustiça cognitiva, como também tem sustentado projetos coloniais, imperiais e patriarcais, utilizando a desqualificação de outras vozes e conhecimentos como ferramenta de manutenção da lógica colonial. De acordo com o autor, a universidade ocidentalizada, modelo que nos foi imposto pelo processo moderno-colonial, é sustentada por saberes oriundos de poucos países: branco, nortecentrados, masculinistas e elitistas, que se sustentam como superiores, produzindo assim, a inferioridade epistêmica de saberes de intelectuais que tidos como não ocidentais. Assim, inspirada nos pensamentos de Grosfoguel (2012, 2016), aposto na importância de entender os processos históricos que produziram as estruturas do conhecimento fundadas no racismo/sexismo epistêmico para que possamos ser propositivas/os em relação aos campos de conhecimento em que atuamos. No meu caso, fazer pensar a Psicologia a partir do conceito de branquitude é um exercício de desarticular lógicas racistas que no Brasil operam por lógicas muito particulares. Para isso, parto da minha experiência como psicóloga branca, articulando a mesma aos estudos citados anteriormente.

Munanga (2017) problematizando as ambiguidades do racismo à brasileira, afirma que crenças racistas não recuam, mesmo com um maior acesso à ciência por parte das pessoas; de acordo com o autor, este fato nos mostra que a racionalidade não é o suficiente para que pessoas renunciem suas crenças racistas. O autor, analisando o racismo no Brasil, afirma que se consolidou uma imagem de que não somos um país racista, vinculando as violência e opressões sofridas por pessoas negras à classe social. Uma artimanha da branquitude, com reforço de intelectuais que operaram com teorias a fim de sustentar o mito da democracia racial, a crença de que o brasileiro é um ser cordial e a ideologia do branqueamento da população. Desta forma, Munanga (2017) afirma que o racismo no Brasil é implícito, ou como pontuou González (2018), opera por denegação, velado e negado por quem comete e situado como culpa e responsabilidade das pessoas negras. O racista sempre é o outro, crença que sustenta o desejo de manter-se como um bom cidadão e que mais adiante veremos que é parte do processo de constituição da fragilidade branca. Munanga (2017, p. 40) afirma que o racismo à brasileira pode ser

considerado como “um crime perfeito, pois além de matar fisicamente, ele alija, pelo silêncio, a consciência tanto das vítimas quanto da sociedade como um todo, brancos e negros”. Um processo difuso, velado, mas muito eficiente em seus propósitos, pois responsabiliza a vítima por sua experiência (González, 2018). E seguindo pistas ofertadas por Bento (2002), Munanga (2017), Barcellos (2016), Batista (2016) e Cardoso (2008) se faz necessário que se pensa a branquitude como um pólo importante para que possamos desarticular o racismo epistêmico que fundamenta os processos de formação em Psicologia.

Branquitude e pacto narcísico como analisadores para a Psicologia Social e Institucional

*Narcisista,
narcisista é
esta sociedade
branca patriarcal
na qual todos
nós vivemos,
que é fixada
em si própria
e na reprodução
da sua própria imagem,
tornando todos os outros
invisíveis (Kilomba, 2019, p. 13).*

Narciso, retomado por Kilomba (2019, p. 3) “gostava de receber atenção e elogios. [...] Nos seus olhos, ninguém era digno nem dele, nem da sua beleza”. Um sentimento de superioridade para si e sua imagem, Narciso ao olhar o espelho enxerga somente aquilo que alimenta seu ego. Para pensar Narciso e toda sua força no ideário nacional no Brasil, é preciso recorrer aos ensinamentos de González (2020) que se ocupou, entre outras coisas, a pensar a formação cultural do Brasil. Para a autora, o racismo por omissão é um dos aspectos que sustentam a ideologia do branqueamento, que nos faz crer que somos um país de formação branca, ocidental e eurocêntrica. Se viajarmos para algumas cidades no interior do Rio Grande do Sul, por exemplo, ouviremos pessoas brasileiras se chamando de italianas e alemãs, pontuando que outras pessoas (as que não descendem de imigrantes italianos e alemães) são os “outros” ou brasileiros, em um reforçamento das políticas de branqueamento que nos consolidam enquanto nação. Há brasileiras/os que vivem o que González (2020) chamou de um “sonho europeizantemente europeu” (p. 221), colocando em suspeita a existência do racismo em nosso cotidiano. A naturalização dessas experiências, de um sentimento e de um desejo europeizante (e estadunidense) mostram que estamos longe de sustentarmos uma luta antirracista que seja eficiente em seu propósito.

Cardoso (2010, p. 611) aponta que podemos definir que “branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial e racismo”. Um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros e a si mesmo, desta forma, se institui como uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo (Cardoso, 2010). Desta forma, é urgente que se possa problematizar o lugar do saber, o lugar da universalidade e do sujeito epistêmico, pois sendo este branco, uma construção colonial que sustentou a investida europeia sobre o continente africano, americano e asiático, opera na consolidação de um estado epistêmico, que além de se ancorar em políticas de morte, sustenta estas a partir da tentativa sistemática do apagamento de saberes proferidos por vozes subalternas. Não situando o lugar da universalidade, mantemos a invisibilidade da branquitude intacta, e por consequência sua pretensa superioridade e privilégio epistêmico.

“O branco pouco aparece, exceto como modelo universal de humanidade” (Bento, 2002, p. 25); assim, se faz necessário localizar o branco como uma posicionalidade entre tantas outras, descentrando, então, de sua suposta superioridade. Analisando a branquitude e o consequente ideal de branqueamento que sustentam nossa sociedade, Bento (2002) afirma que esse processo de ideal de branqueamento não é um problema dos negros, como se segue afirmando em nosso país, mas é uma invenção da elite branca brasileira, colocando seu grupo como referência em detrimento de outros grupos étnico-raciais. Uma invenção que segue reverberando em nosso país ainda em 2021 (data em que este artigo foi escrito). A autora afirma que no cerne deste ideal está a construção do grupo branco como superior e de outros grupos raciais como inferiores, depositários de tudo o que seria ruim. Em uma espécie de pacto (narcísico da branquitude), os brancos não se reconhecem “como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil” (Bento, 2002, p. 26). Desta forma, os brancos mantêm-se protegidos de avaliações e análises, evitando assim, que discutamos sobre as dimensões dos privilégios. O pacto narcísico da branquitude, desta forma, opera por exclusão moral dos grupos que não são brancos, passando por um descompromisso político com o sofrimento do outro (Bento, 2002). A autora afirma que o pacto narcísico da branquitude se consolida pela desvalorização do outro como pessoa e como ser humano. Essa exclusão moral e a consequente “indignação narcísica” (2002, p. 29) fortalecem o sentimento de superioridade do grupo branco, que se desresponsabilizam de suas ações.

Desta forma, situar e localizar o branco, tanto quanto as outras posicionalidades que costumam ser marcadas, precisa pautar as ações no campo da Psicologia Social e Institucional, que tem como campo de atuação as instituições, os instituídos e instituintes. “A falta de

reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro” (Bento, 2002, p. 26).

Sobre as relações raciais e a falta de implicação das pessoas brancas no tema, Anzaldúa (2019) afirma que as mulheres de cor do Terceiro Mundo não podem gastar sua energia com a educação racial de mulheres brancas, nem as levar pela mão no exercício de revisão de privilégios e entendimento da lógica racial que estrutura nosso mundo. Um desperdício de energia narra a autora. Seguindo a mesma linha que a autora, Saad (2020) e DiAngelo (2020) afirmam que é responsabilidade das pessoas brancas se educarem quanto ao tema das relações étnico-raciais e promoverem uma análise crítica sobre sua própria branquitude, para que com isso, possam oferecer outras ações em suas vidas. Saad quando explica a escolha por falar em supremacia branca, afirma que:

[...] quer você saiba ou não, é um sistema que lhe concedeu privilégios, proteção e poder de mão beijada. É também um sistema feito para manter você adormecido e inconsciente do que seu privilégio, sua proteção e seu poder significam para pessoas que não se parecem com você. O que você recebe por ser branco tem um custo alto para quem não é branco (2020, p. 27).

A branquitude, assim, precisa se responsabilizar pelo que produz e em encontrar formas de se repensar e produzir práticas que, para além de valorizarem culturas, conceitos e intelectuais negras/os e indígenas, sanem o complexo de superioridade que a sustenta. Uma patologia que precisa ser revista e tratada. Não se trata de um trabalho fácil, mas de um exercício cotidiano, de uma supervisão sistemática de práticas e posicionamentos. Desta forma, entender os sustentáculos do pacto narcísico da branquitude (Bento, 2002) é urgente para um campo de conhecimento como o da Psicologia Social e Institucional, pois como podemos intervir em instituições e pensar o social, sem colocar em questão o racismo que constitui o mundo moderno-colonial e a branquitude que com os colonizadores por aqui se instaurou com força.

Voltando para as provocações de Anzaldúa (2012), ela nos ajuda a entender a relação da América branca com a terra, com a cultura, afirmando que esta nunca recorre ao corpo da terra para socorrê-la ou nutrir-se dela, mas sim, para fins de exploração. A autora afirma que os brancos poderiam permitir-se compartilhar, trocar, aprender com outros de forma respeitosa. Ainda acompanhada pelas palavras da autora, me pergunto: como a Psicologia pode perder a esterilidade de suas práticas?

Fazer pensar a Psicologia: Pensando nossas intervenções

No caso da graduação em Psicologia da UFRGS, são estudados teóricos brancos, que por sua vez, basearam seus estudos em pessoas brancas, normalmente pertencentes à elite. Estas teorias de produção de subjetividade e constituição da psique foram generalizadas para todas as pessoas. Assim, se nega a diferença de formação de sujeito para pessoas não brancas (Barcellos, 2016, p. 18).

Este ensaio teórico é fruto de incomodações que surgiram/surgem da prática profissional da autora, que trabalhou prioritariamente no campo das políticas públicas da assistência social e da educação, assim como do percurso na universidade como graduanda, mestranda e doutoranda. E foi escutando mulheres com filhos em situação de acolhimento institucional que os incômodos com a Psicologia se intensificaram: “tu não fala a mesma língua que nós”, “tu não sabe o que a gente passa”, “não quero saber de tu ficar falando das minhas questões; o que tu tem feito pra mudar isso?”. Frases que eram endereçadas para a psicóloga e demais profissionais que intervinham no caso e demonstravam uma série de incomodações em relação à atuação das profissionais. Rememorando estas cenas, lembro de Martín-Baró (1997, p. 7) que inicia o texto *O papel do psicólogo* afirmando que o “trabalho profissional do psicólogo deve ser definido em função das circunstâncias concretas da população a que deve atender”. Que situações concretas vive a população brasileira? Como essas situações concretas se conectam com o tema proposto neste ensaio? Como analisar as queixas das usuárias explicitadas nas falas acima? Como intervir em situações em que o racismo e a negligência de Estado são as maiores causas de sofrimento, se não foi possível pensar sobre estes temas na formação?

Na primeira vez que ocupei a função de psicóloga, me dei conta de que tinha pouca ferramenta teórica que auxiliasse nas demandas que as usuárias me colocavam, elas narravam situações de racismo, de violência médica, de desprezo por seus saberes como mulheres-mães. Chegavam aos atendimentos com raiva e eram interpretadas à luz de saberes brancos, de classe média/alta e masculinos, muitas vezes diagnosticadas, psicologizadas e medicalizadas. Seus jeitos de falar, de viver a maternidade, de responder às demandas que as instituições lhe colocavam era tido como violento e desrespeitoso. A imagem da usuária barraqueira, muito presente em serviços públicos, é quase que na maioria das vezes colado à uma mulher negra, e pouco problematizamos essas construções. A impossibilidade de pensar minha branquitude e a de meu conhecimento causou sofrimento em quem atendi, pois como afirmam Barcellos (2016) e Batista (2016), é mais difícil falar sobre racismo sem ter falado sobre isso na formação. Por ser oriunda de uma família pobre, moradora da periferia de uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre, conseguia empatia por via de vivências de classe, mas seguia com dificuldades de

avançar nas discussões sobre o racismo e sobre a dinâmica racial que se instituiu a cada atendimento.

Bento (2002, p. 27) afirma que “a pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa informação, mas não é conveniente considerá-la”. Desta forma, reconhecer que as mulheres atendidas nos serviços das políticas públicas e, por vezes, encaminhadas para atendimento psicológico em algum serviço não público, são prioritariamente negras é um primeiro passo, que deve ser acompanhado do reconhecimento de que as mulheres que as atendem são em sua maioria brancas e oriundas de uma outra classe social (média/alta). Relações raciais não são processos unilaterais e, desta forma, cabe a Psicologia e suas/seus profissionais reconhecer o papel da branquitude nestas. Assim sendo, é preciso analisar o impacto de termos mulheres e homens brancas/os intervindo em vidas de mulheres e crianças negras e como essa dimensão interfere nas produções de cuidado que são constituídas nas relações que se instituem nos atendimentos. Ouvir sobre sua branquitude e a impossibilidade de ser empática de fato com a situação do outro não é algo agradável e movimenta sentimentos como culpa, vergonha, medo e raiva (Bento, 2002; DiAngelo, 2018), a questão é o que fazemos com esses sentimentos. Os projetamos na pessoa que estamos atendendo? Sustentamos o conflito racial e pensamos a partir dele? Ou o negamos, afirmando que não somos racistas e mantemos nossa branquitude intacta em sua superioridade?

Evidenciar a branquitude de campos de conhecimento e dos corpos das/dos profissionais deve ser tarefa primeira para trabalhadoras/es que visem a erradicação de desigualdades sociais, pois reconhecer a dimensão racial das mesmas é parte de uma análise que permite entendermos como o mito da democracia racial ancora práticas e políticas até o contemporâneo, sustentando políticas de morte e de apagamento de saberes em detrimento de uma suposta harmonia racial. O mito da democracia racial, mesmo desmascarado, segue operando por lógicas que permitem as reações citadas no início do texto à uma aula sobre branquitude. Um exemplo possível diz respeito ao tema do cuidado materno, que parece ser desacreditado quando estamos em frente à mulheres pobres e negras que por algum motivo precisam da intervenção de políticas como o acolhimento institucional ou outro serviço da média e alta complexidade da política de Assistência Social. Muitas vezes, os serviços, na ânsia de “resolverem” as demandas dos atendimentos ofertam grupos em que o mote é o ensino de boas práticas parentais, como se as apresentadas pelas usuárias fossem inadequadas, como se fosse um saber inválido, um saber que não é legitimado. Não analisar a dimensão racial dessas construções e o racismo epistêmico que as consolida reforça uma série de violências contra crianças, adolescentes e mulheres. Um conceito muito utilizado para estas intervenções é o de mãe suficientemente boa de

Winnicott (1956/1993). Dessa forma, precisamos nos questionar: quais os limites de um conceito? Que conversas precisamos tecer para que possamos fazer uso de um conceito europeu em nossas realidades?

Barcellos (2016, p. 11) faz uma importante pergunta: “Profissionais psicólogos/as, com base na sua formação de graduação, podem se considerar preparados/as para lidar com o racismo?”. “Qual a razão para não se falar sobre o racismo?”, nos questiona Batista (2016, p. 20). Bento (2002) nos ajuda a elucidar essas questões afirmando que uma das estratégias da branquitude é a invisibilidade, uma espécie de não-responsabilização frente ao que constitui no social. Desta forma, práticas vão se constituindo em diferentes campos das políticas públicas; assim como o ensino de intervenções clínicas, de intervenções grupais e institucionais vão sendo ofertadas sem nos questionarmos os saberes raciais que os sustentam. Quem são as/os autoras/es que lemos para fundamentar nossas propostas de intervenção? Com que projetos de mundo estas/es estão pactuados? E como analisam em suas obras os temas quanto às relações raciais?

Compreendendo-nos como uma fratria, psicólogos, ao se omitirem diante do racismo, ajudam, no mínimo, a perpetuar suas estruturas vigentes. O mesmo vale para qualquer grupo, setor, entidade, etc. É importante salientar que existem certas vantagens para a população branca nesta omissão. [...] Psicólogos, acadêmicos ou brasileiros, não importa a qual “fratria” pertencamos, o não falar sobre racismo exerce um papel crucial nas dinâmicas sociais brasileiras [...]. No Brasil, o “não-dito” sobre o racismo colabora para que a todo instante esse fenômeno se atualize no presente, tornando ainda mais árduo exorcizar esse fantasma. Calar-se diante do período escravocrata e de suas consequências permite que esse passado ainda permaneça vivo e exerça uma função de manutenção de privilégios da população branca que, como apontou Bento (2002), é herança da escravidão (Batista, 2016, p. 21).

É preciso retomar um pouco da história da Psicologia no Brasil para pensarmos as implicações desse campo de conhecimento com a realidade histórica e social dele. Gesser (2013, p. 68) afirma que, no Brasil, “a Psicologia surgiu como área de produção de conhecimento e de atuação profissional comprometida com a ideologia dominante e com as elites do país”. Dois campos do conhecimento contribuíram para o início da profissionalização da Psicologia no Brasil: a Educação e a Medicina; a predição de comportamentos a partir da Psicologia Experimental era o foco dos trabalhos que introduziram o campo no Brasil. Pereira e Pereira Neto (2003) afirmam que em relação à Medicina, a institucionalização do seu interesse pela Psicologia, perceptível desde o século XIX, concretizando-se em 1923 com a criação de um laboratório de Psicologia Experimental dentro da *Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro*

(RJ), com práticas que visavam a mensuração, classificação e adaptação de pessoas ditas “anormais”.

Rose (2008) afirma que o século XX foi o século da Psicologia, no qual a mesma ajudou a construir a sociedade em que vivemos e o tipo de pessoas em que nos transformamos. A partir do que o autor nos propõe e pensando nas informações referidas por Pereira e Pereira (2003) e Gesser (2013), podemos pensar que a ausência de autoras/es negras/os, indígenas é, assim, reflexo de um projeto societário que a Psicologia foi parte importante na manutenção. Desta forma, precisamos pensar em como operarmos com a mesma a partir de uma outra lógica, ou seja, uma ciência que não apague conhecimento, subjetividades e que não tenha como intenção a manutenção de lógicas racistas, sexistas, elitistas de opressão. Assim, retomar o pensamento de Bento (2002) é fundamental pois a mesma nos ajuda a entender como as instituições, mesmo com discursos liberais de inclusão da diversidade, seguem repetindo práticas racistas e de manutenção da supremacia branca. Em palestra proferida no Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina no ano de 2008, a autora interpelou a plateia que lhe escutava com a seguinte pergunta: “de quantas maneiras a instituição mostra que aquele não é um lugar para negros, pobres, trans, LGBTs?” respondendo a uma pergunta sobre os processos inclusivos em instituições de ensino superior. A branquitude, desta forma, sustenta suas práticas de modo que a supremacia branca é internalizada em valores e atitudes, exigindo, assim um trabalho micropolítico em paralelo a um processo de análise e mudança de estruturas macropolíticas. Não é apenas sobre citar mais autoras/es negras/os ou instituir disciplinas obrigatórias nos currículos, é sobre sustentar e permitir que o conflito racial se mantenha, é garantir acesso e permanência de alunas/os, bem como analisar como a produção de conhecimento se sustenta como prática de reprodução de vozes e ideias brancocentradas. Por vezes, na urgência de “dar conta” das relações raciais e do enfrentamento ao racismo, recorremos à práticas que seguem reforçando a supremacia branca, como por exemplo produzir textos, teses e dissertações que se dizem pluriversais, mas que seguem utilizando-se de autoras/es negras/os como apêndices, citações rápidas e sem aprofundamento e com isso reforçando que as análises teóricas somente são possíveis recorrendo aos chamados cânones acadêmicos. Como analisamos a branquitude que sutilmente situa corpos em determinados lugares? Pois como nos ajuda a pensar Cardoso (2008, 2014, 2018), a branquitude crítica, que se anuncia publicamente contra práticas racistas, segue sendo privilegiada por sua raça e reproduzindo a supremacia branca. A partir de que referenciais a escuta de psicólogas/os é educada? Parar para pensar nisso, é um exercício importante de descentramento, pois perceberemos que nossas escutas implicadas, sensíveis e clínicas são educadoras a partir de referenciais que não vivenciaram a violência colonial, que não

conseguem perceber sua implicação com o processo moderno-colonial. Desta forma, precisamos exercitar nossos sentidos para uma abertura que passa pelo reconhecimento da parcialidade branca, pelo reconhecimento de que a superioridade é uma patologia da qual precisamos nos curar.

Carneiro (2011) escreveu em 2002 sobre a Psicologia e a falta de trabalhos sobre os danos psíquicos oriundos do racismo. A autora na época afirmou que a Psicologia era uma das áreas que menos vinha contribuindo para diminuir o sofrimento psíquico que o racismo provoca. Para a autora, a Psicologia precisava assumir de vez a responsabilidade social para a diminuição do sofrimento psíquico, reconhecendo que as condições de vida precárias e violentas a que são submetidas a maioria da população no Brasil são fontes geradoras de sofrimento. Carneiro (2011) segue sua linha de raciocínio pontuando que o campo precisa aprofundar estudos sobre os efeitos na subjetividade das pessoas brancas, sendo os corpos brancos instrumentos de poder e privilégio à custa de opressão de outros, é preciso que os efeitos dessa operação sejam entendidos e minimizados. “Em termos de saúde mental, o que significam um ego e uma subjetividade inflados pelo sentimento de superioridade racial[?]” (Carneiro, 2011, p. 81). A autora afirma, assim, que acredita que a Psicologia tem função importante nos processos de desmantelamento do racismo, operando de forma a romper “círculos viciosos de produção de egos inflados *versus* egos deprimidos” (2011, p. 81).

Fazer pensar a Psicologia: Outras vozes são necessárias

Neste narcisismo pessoas marginalizadas dificilmente encontram imagens símbolos ou vocabulário para narrar a sua própria história, ou para nomear o seu próprio trauma (Kilomba, 2019, p. 15-16).

O que homens e mulheres como Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault, Jacques Lacan, Donald Winnicott, Françoise Dolto, Judith Butler, Donna Haraway, John Bowlby, Jean Piaget, B. F. Skinner, Walter Benjamin, Giorgio Agamben têm em comum? São todas pessoas brancas e constituem-se em leituras que sustentaram minha formação em Psicologia. Autoras/es considerados cânones em suas áreas e altamente referenciados em trabalhos científicos, que contam uma série de histórias. Mas posso eu, uma psicóloga do Sul Global me basear somente neles para seguir contando histórias em atendimentos que faço, na escuta de pessoas que, assim como eu, compartilham a experiência colonial em seus corpos? Como pessoas brancas oriundas do Norte Global, essas/es autoras/es experienciam o mundo a partir de sua experiência hegemônica, ou seja, pactuadas com a produção de conhecimento que circunscreveu homens e mulheres negros/as como sem alma por séculos; que não se posicionou criticamente

sobre grandes violências como a escravização da população africana, extermínio das populações indígenas e nem mesmo sobre a queima de mulheres na inquisição; ensinadas em larga escala na universidade ocidentalizada que seguimos reproduzindo e de certa forma reprodutoras de formas de conhecimento que entre outras coisas criaram o Sul Global e a subalternização de saberes oriundos do mesmo, são autoras/es que precisam entrar em diálogo com outras vozes e experiências para que possam fazer sentido.

Desta forma, problematizar a branquitude visa instigar um exercício de desaprendizagem de um certo modo de pensar a Psicologia, para abertura deste campo para autoras/es que seguem subalternizados como Virgínia Bicudo, Martín-Baró, Neusa Santos, Lélia González e Abdias Nascimento.

Assim, se faz necessário um exercício de aprender a ouvir vozes desde a América Latina, que produziram conhecimentos na área da Psicologia ou em áreas próximas, em um banho de realidade como afirmava Martín-Baró (2017). O autor apostava que é preciso qualidade científica para que uma/um psicóloga/o possa estar a serviço da comunidade que pertence.

As mudanças nas formas fundamentais de convivência não permitirão ao psicólogo viver de fórmulas feitas. Ele terá que desenvolver a capacidade de dar respostas às novas experiências que se desenvolverão, os novos problemas e exigências que surgirão no processo de construção de uma nova sociedade. (Martín-Baró, 2017, p. 28).

Martín-Baró (2017) fala de uma Psicologia para acompanhar os processos revolucionários de El Salvador, mas na esteira do que o autor propõe em consonância ao que Bento (2002) questiona, podemos seguir por estas pistas para pensar uma Psicologia que de fato se movimenta para o enfrentamento e superação da supremacia branca. bell hooks (2019) alerta que pensar a superação da supremacia branca é fundamental para que possamos ter uma sociedade menos violenta, pois é a supremacia branca que sustenta as opressões com as quais convivemos e reforçamos com nossas existências, como o machismo e o cisheterossexismo.

Uma Psicologia interessada em ressignificar sua branquitude e repensar suas práticas precisa escutar vozes que conhecem o Brasil e o continente latinoamericano desde experiências coloniais, vozes que interpretam nosso viver a partir da partilha de memórias da vivência colonial. Lélia González com a proposição da amefricanidade e Abdias Nascimento com a análise do genocídio da população negra no Brasil oferecem dados, sustentação para que possamos pensar nossos problemas desde o chão que pisamos. Escutar bibliotecas, como nos instiga Simas (2019), é uma operação sustentada na aposta de que precisamos entender que o conhecimento descolonizado amplia as fontes nas quais mergulha através da escuta de outras vozes; ler, reconhecer e legitimar intérpretes que experienciaram/experienciam a ferida

colonial de um Brasil que foi o último a abolir a escravização da população negra, que passou por um longo período de ditadura militar e que não reconhece o genocídio da população negra. Quando Carolina de Jesus afirma que “o Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome” (2014, p. 29), ela nos ensina/inspira a pensar empaticamente sobre experiências que nos fogem à vivência. Muitas/os psicólogas/os não experienciaram a mesma vivência de classe e de raça das pessoas que atenderão em diferentes serviços públicos; muitos profissionais vão pisar em territórios pobres pela primeira vez como operadores de alguma política pública. Desta forma, fazer pensar a Psicologia é convidar esse campo de conhecimento a um exercício de humildade como Martín-Baró (2017) sugere; um exercício que passa por se perguntar: “o que faço para dismantelar a/o racista que há em mim?”

Como dismantelar a/o racista que há na/no profissional que não reconhece outras práticas de parentalidade que não as que sua raça e classe reproduzem? Como dismantelar a/o racista que há na/no profissional que não consegue escutar o racismo denunciado por alunas/os, usuárias/os e pacientes? Como dismantelar a/o racista que há em um campo de conhecimento que chega ao nosso país junto com ideias eugenistas e um projeto de país que queria erradicar a população negra até o ano de 2011?

Perguntas que não pretendo responder, pois respondê-las é fugir do conflito racial, que conforme afirmam DiAngelo (2018) e Cardoso (2018) não auxilia no processo de resignificação da branquitude. Pessoas brancas precisam aprender a suportar a exposição a discussões raciais, superando assim, a fragilidade branca (Cardoso, 2018; DiAngelo, 2018) que sustenta a supremacia branca. Batista (2016) afirma que precisamos falar sobre o racismo, pois o mesmo quando presente como espécie de não-dito, segue reforçando exercícios de assimilação e violência da supremacia branca. Cabe então para a Psicologia, ampliar os encontros que produz, alimentando um corpo teórico embebido em outras vozes e experiências. Se fomos formadas/os com currículos predominantemente brancos, a partir de psicologias forjadas em outros territórios, cabe olharmos para o que vem sendo produzido em nosso continente, por intelectuais amefricanas/os que centralizam a discussão sobre raça em suas proposições. Não em um exercício de substituição ou exclusão de um saber por outro, mas em uma ética de composição, baseada na conversa entre diferentes vozes que auxiliam o fazer psi em sua complexidade.

Carneiro (2011) afirma que a “construção de um círculo virtuoso em que compartilhar igualitariamente a diversidade humano seja um princípio de enriquecimento para todas/os” (p. 81). Um processo, que conforme aposta a autora, passa pela desconstrução da brancura como ideal de ego, um imperativo para a cura de todas/os. Desta forma, a Psicologia tem um papel estratégico, caso consiga analisar sua implicação com a temática e produza uma revisão de

seus referenciais teóricos. Não se trata de abandonar saberes hegemônicos e europeus, mas educar ouvidos *psis* a partir de corpos que habitem outras geografias da razão e com isso compartilhem histórias diversas de vida e de conhecimento.

Considerações finais

Partindo do meu campo de formação — a Psicologia; mais especificamente, a psicologia social —, este artigo, em forma de ensaio teórico, tem como objetivo propor fazer esta pensar a partir dos conceitos de branquitude, fragilidade branca e pacto narcísico. Fazer pensar um campo de conhecimento historicamente branco que ainda engatinha nas discussões sobre as relações raciais é fundamental para que possamos superar o racismo estrutural que conforma nossa sociedade e por consequência, as práticas da psicologia. Assim, este trabalho que parte da experiência de pesquisa de uma psicóloga branca, teve como objetivo mostrar como se faz necessário suportarmos o conflito racial, de forma a entender como a superioridade branca opera em nossos cotidianos e em como nossas práticas (principalmente as de pessoas brancas) sustentam o pacto narcísico da branquitude como ordenamento de nossas relações. Se para psicólogas/os as relações, a escuta e os encontros são base das intervenções, precisamos analisar como a raça e a branquitude sustentam as mesmas.

Fazer pensar a Psicologia pela via da branquitude diz da necessidade de rompermos com vivências escritas por gramáticas eurocentradas e brancocentradas e assumir o compromisso com o respeito e escuta a gramáticas outras, pluriversais, e assim, ressignificar as existências e trabalhar com o objetivo de desconstruir o ideal da brancura como ideal de ego. Psicólogas/os brancas/os precisam suportar a dor que sentem ao abordar suas vantagens raciais, e não recorrer a manuais e respostas prontas para conflitos raciais e diferenças consequentes dos mesmos. Sustentar e manter-se no conflito, permitir-se sentir todos os sentimentos que surgem com a culpa branca, ressignificar sua branquitude e não onerar pessoas negras com essa responsabilidade são pistas que vão nos ofertando trabalhos como os que foram referenciados ao longo do artigo.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

Referências

- Anzaldúa, G. (2012). *Borderlands/La frontera: The new mestiza* (4a ed.). San Francisco: Aunt Lute Books.
- Anzaldúa, G. (2019). Falando em línguas: Uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. In A. Pedrosa, A. Carneiro & A. Mesquita (Orgs.), *Histórias das mulheres, histórias feministas* (pp. 85-94). São Paulo: MASP.
- Barcellos, J. D. R. S. (2016). *Formação em Psicologia e a educação das relações raciais: Um estudo sobre os currículos de graduação em Psicologia em Porto Alegre e a região metropolitana* (Trabalho de Conclusão de Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre). Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br>
- Batista, A. F. (2016). *Trajetos e percursos: Das (im)possibilidades de enfrentamento do racismo dentro da academia* (Trabalho de Conclusão de Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre). Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br>
- Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In I. Carone & M. A. S. Bento (Orgs.), *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 5-58). Petrópolis: Vozes.
- Cardoso, L. (2008). *O branco "invisível": Um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (período: 1957-2007)* (Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade de Coimbra). Recuperado de <https://dlc.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504811/bytestreams/content/content?filename=LOUREN%C3%87O+DA+CONCEI%C3%87%C3%83O+CARDOSO.pdf>
- Cardoso, L. (2010). Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 8(1), 607-630. Recuperado de <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131216065611/art.LourencoCardoso.pdf>
- Cardoso, L. (2014). A branquitude acrílica revisitada e a branquitude. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as*, 6(13), 88-106. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/index.php/site>
- Cardoso, L. (2018). A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra e o objetivo-fim. In L. Góes (Org.), *130 anos de (des)ilusão: A farsa abolicionista em perspectiva desde olhares marginalizados* (pp. 295-311). Belo Horizonte: D'Plácido.
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.

- DiAngelo, R. (2018). Fragilidade branca. *Revista ECO-Pós*, 21(3), 35-57. doi:10.29146/eco-pos.v21i3.22528
- DiAngelo, R. (2020). Introdução. In L. F. Saad, *Eu e a supremacia branca: Como reconhecer privilégio, combater racismo e mudar o mundo* (1a ed., pp. 11-13). Rio de Janeiro: Rocco.
- Freire, M. (2008). *Rasif: Mar que arrebenta*. Rio de Janeiro: Record.
- Gesser, M. (2013). Políticas públicas e direitos humanos: Desafios à atuação do Psicólogo. *Psicologia Ciência e Profissão*, 33, 66-77. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pcp/a/jmLTTRQNwjmZbZr899JvJ8K/?lang=pt>
- Gonzalez, L. (2018). *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Filhos da África.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Grosfoguel, R. (2012). Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: Para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, 2(2), 337-337. Recuperado de <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea>
- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: Racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49. doi:10.1590/S0102-69922016000100003
- hooks, b. (2019). *Erguer a voz: Pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante.
- Jesus, C. M. (2014). *Quarto de despejo: Diário de uma favelada*. São Paulo: Ática.
- Kilomba, G. (2019). *Desobediências poéticas* [Exposição artística]. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo.
- Kilomba, G. (2020). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Martín-Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27. doi:10.1590/S1413-294X1997000100002
- Martín-Baró, I. (2017). *Crítica e libertação na Psicologia: Estudos psicossociais*. Petrópolis: Vozes.
- Munanga, K. (2017). As ambiguidades do racismo à brasileira. In N. M. Kon, M. L. Silva, & C. C. Abud (Orgs.), *O racismo e o negro no Brasil: Questões para a Psicanálise* (pp. 33-44). São Paulo: Perspectiva.

- Pereira, F. M., & Pereira, A., Neto (2003). O psicólogo no Brasil: Notas sobre seu processo de profissionalização. *Psicologia em Estudo*, 8(2), 19-27. doi:10.1590/S1413-73722003000200003
- Rose, N. (2008). Psicologia como uma ciência social. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 155-164. doi:10.1590/S0102-71822008000200002
- Saad, L. F. (2020). *Eu e a supremacia branca: Como reconhecer seu privilégio, combater o racismo e mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Simas, L. A. (2019). *Pedrinhas miudinhas: Ensaio sobre ruas, aldeias e terreiros*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial.
- Winnicott, D. W. (1993). Preocupação materna primária. In D. W. Winnicott, *Textos selecionados: Da Pediatria à Psicanálise* (3a ed., pp. 491-498). Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Originalmente publicado em 1956).

Recebido em: maio de 2021

Publicado em: dezembro de 2021